



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000275307

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0001581-15.2006.8.26.0366, da Comarca de Mongaguá, em que é apelante MÁRCIA GONÇALVES DA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado GISLENE RODRIGUES COELHO.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e LINO MACHADO.

São Paulo, 7 de maio de 2014

PENNA MACHADO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº: 1417

APELAÇÃO Nº: 0001581-15.2006.8.26.0366

APELANTE: MÁRCIA GONÇALVES DA COSTA

APELADA: GISLENE RODRIGUES COELHO

COMARCA: MONGAGUÁ

JUIZ “A QUO”: RODRIGO GARCIA MARTINEZ

APELAÇÃO CÍVEL. Acidente de Trânsito. Morte do filho da Autora. Ação de Indenização por Danos Morais. Sentença de Improcedência. Prescrição. Inconformismo. Não acolhimento. Configuração da Prescrição. Infortúnio ocorrido em dezembro de 1999. Com a vigência do Código Civil de 2002, não havia ainda transcorrido mais da metade do prazo previsto no Código Civil de 1916. Inteligência do artigo 206, Parágrafo Terceiro, inciso V do Código Civil de 2002. Sentença mantida. **RECURSO NÃO PROVIDO.**

Trata-se de Apelação interposta contra a r. sentença de fls. 105/106 que, nos Autos da Ação de Indenização por Danos Morais, julgou Improcedente o pedido, sob o fundamento de incidência da Prescrição. Condenou, ainda, a Autora ao pagamento de custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, nos termos do artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil.

Inconformada, apela a Autora (fls. 117/118) alegando, em apertada síntese, que ocorreu interrupção do prazo da Prescrição, tendo em vista que propôs Ação contra a Apelada e a Seguradora “Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais”, extinta somente no ano de 2007 e transitada em julgado em 5 de junho de 2007. Requer o Provimento do Recurso para reforma da r. sentença.

Recurso recebido no duplo efeito (fl. 119), tempestivo, processado regularmente e com apresentação de contrarrazões (fls. 123/125).

É o breve Relatório.

“Márcia Gonçalves da Costa”, ora Apelante, ajuizou Ação de Indenização por Danos Morais contra “Gislene Rodrigues Pereira”, ora Apelada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Para tanto, alegou que, em 25 de dezembro de 1999, seu filho “Rhevester Gonçalves da Costa” faleceu em virtude de acidente de trânsito. Informa que a vítima fatal estava no interior do veículo “Fiat Uno Eletronic”, de propriedade da Requerida e conduzido na ocasião pelo Senhor “Paulo Raimundo da Silva”, que se chocou com um caminhão ao invadir a pista contrária. Propôs a presente Demanda para ser indenizada pelos Danos Morais.

Em que pese as alegações da Apelante, o Recurso não merece Provimento, devendo ser mantida a r. sentença pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Com efeito, o artigo 177 do Código Civil de 1916 expressamente dispunha:

“As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em 20 (vinte) anos, as reais em 10 (dez), entre presentes, e entre ausentes em 15 (quinze), contados da data em que poderiam ter sido propostas” (grifos nossos).

Contudo, com a vigência do Código Civil de 2002, referido prazo prescricional foi reduzido para 03 (três) anos:

*“Art. 206. **Prescreve:** § 3º Em **três anos:** V - a pretensão de reparação civil”* (grifos nossos).

No caso, pela análise do conjunto probatório acostado ao Feito, retira-se que o acidente automobilístico ocorreu em 25 dezembro de 1999, sob a égide, portanto, da vigência da Lei revogada.

Assim, deve-se aplicar aqui a regra de Direito Intertemporal prevista no artigo 2028 do Código Civil de 2002:

“Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Na hipótese, quando da entrada em vigor da nova Legislação Civilista ainda não havia transcorrido mais da metade do prazo previsto na Lei anterior. Logo, o prazo prescricional a ser adotado é o da Legislação nova, contado a partir da sua vigência.

Ademais, no tocante à alegação de interrupção do direito da parte e não incidência da Prescrição, como bem apontado pelo Digno Juízo de Primeira Instância: *“Ressalto a ausência de causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição. Embora a Autora alegue culpa direta dos Causídicos da Ré que outrora lhe prestaram serviço, tal fato não é hipótese prejudicial ao transcurso do prazo prescricional. Ainda que a Autora alegue ter litigado em setembro de 2003 quanto à indenização de danos morais pelos fatos descritos na Inicial, a respectiva Ação foi ajuizada contra terceiro, não participando os Réus deste Processo, que sequer conheceram o direito da Autora, nem no curso do Processo, nem em outro documento juntado aos Autos; afastando-se, assim, a hipótese interruptiva da prescrição prevista no artigo 202, inciso VI do Código Civil”* (fl. 106) (grifos nossos).

Desta forma, de rigor a declaração da incidência da Prescrição.

E outros fundamentos são dispensáveis já que quanto ao mais, ratifico a r. sentença exarada pela **MM. JUIZ “A QUO” RODRIGO GARCIA MARTINEZ**, e o faço nos termos do artigo 252 do Regimento interno deste Egrégio Tribunal de Justiça que estabelece: *“Nos recursos em geral, o Relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”*.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece *“a viabilidade de o Órgão Julgador adotar ou ratificar o Juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no Acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação do “decisum”*. (REsp nº 662.272-RS – 2ª Turma – Rel. Min João Otávio de Noronha, j. 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

17.12.2004).

De qualquer modo, para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considero prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observando o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida (EDROMS 18205 / SP, Ministro FELIX FISCHER, DJ 08.05.2006 p. 240).

Pelo exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao Recurso, mantida na totalidade a r. sentença de Primeiro Grau proferida.

PENNA MACHADO
Relatora